

LETRAMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: UM NOVO OLHAR PARA O CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS 6º E 7º ANOS DO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR.

Araceli Paula Naves Campos¹, Selma Iara Gomes Lopes Tavares²

Resumo. O ensino nos Colégios Militares que integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) prima pela qualidade e pelo cultivo dos valores éticos, morais e patrióticos da Instituição. Nesse sentido, o Sistema vem se esforçando para o constante aperfeiçoamento do seu corpo docente e pela atualização das práticas pedagógicas no intuito de proporcionar ao corpo discente um ensino de excelência. O presente artigo tem como objetivo apresentar sugestões para se adequar o currículo de Língua Portuguesa, dos sexto e sétimo anos do Ensino Fundamental do Colégio Militar de Salvador (CMS) às necessidades que o novo contexto desses anos escolares exige. Para tanto, faz-se uma contextualização desse Estabelecimento de Ensino (EE) com as diretrizes emanadas pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx) e pela Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), órgãos diretores que regulam as ações desenvolvidas nos Colégios Militares. Apresenta-se a definição e importância dos temas Letramento e Interdisciplinaridade como ferramentas para a obtenção de resultados mais satisfatórios no ensino do português. Agrega-se o pensamento de Edgar Morin e de Philippe Perrenaud como suportes teóricos para essas duas práticas que embasam a nova sistemática de ensino do SCMB e discute-se o currículo /Plano de Estudo (PLAEST) dos anos escolares supracitados e a conduta docente, com base na observação de aulas. Espera-se, com esta análise, contribuir para a eficácia do ensino da língua portuguesa no CMS, bem como para um melhor rendimento dos alunos, tendo em vista o fato de essa disciplina permear o aprendizado de todas e dever ser compromisso de todos, por um ensino de excelência.

Palavras-chave: Colégio Militar de Salvador. Currículo. Letramento. Interdisciplinaridade.

1 1º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais, (turma de 2011), Graduada em Letras pela UFRV.

2 Major do Quadro Complementar de Oficiais, Especialista em Educação pela UFRJ e UNIFACS.

Abstract. Education in the Military Schools that integrate Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) aims the quality of education and the culture regarding ethical, moral and patriotic values of the Institution. In this sense, the SCMB is making efforts for the constant improvement of its teaching staff and for the update of pedagogical practices to provide to the students excellence in education. This article aims to present suggestions to adjust the curriculum of Portuguese Language of the sixth and seventh years of Colégio Militar de Salvador(CMS) to the needs that the new contexts of these school years demand. Thus, a contextualization of this Establishment of Education (EE) has been made, signaling the concerns in conciliating such demands with the guidelines emanated from Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX) and from the Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial(DEPA), managing agencies that regulate the works in the Military Schools. The definition and importance of Literacy and Interdisciplinary work are presented as alternatives for the attainment of more satisfactory results in Portuguese Teaching. The thoughts of Edgar Morin and Philippe Perrenaud are added as theoretical supports for these two practices that base the new systematic of education of the SCMB and it argues the curriculum /Education Plan (PLAEST) of the above-mentioned school years and the teaching behavior are also analyzed on this article. With this analysis one expects to contribute for the effectiveness of the Portuguese Teaching at CMS, as well as for a better performance of the pupils and the commitment of all for excellence in teaching.

Keywords: Colégio Militar de Salvador. Teaching. Interdisciplinary work. Literacy.

1 Introdução

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) está inserido no macro sistema, Sistema de Ensino do Exército, que é coordenado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), órgão gerencial que regula, orienta e controla as atividades desenvolvidas nas suas diretorias. Dentre estas, encontra-se a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, que coordena as atividades de ensino dos doze Colégios Militares (CMS) que integram o SCMB e, ainda, a Fundação Osório. Estes Colégios ou Estabelecimentos de Ensino (EE) destacam-se por oferecerem Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e Médio a jovens de vários estados do Brasil, propiciando-lhes uma educação de alta qualidade. As ações neles desenvolvidas, além de serem aquelas emanadas pelo DECEX, seguem as prescritas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), principal referência que estabelece os princípios e as finalidades da educação no País.

Dentre outras características, a proposta pedagógica dos Colégios Militares prioriza

princípios e práticas de um ensino moderno e atual, de forma a proporcionar ao aluno as ferramentas necessárias para uma aprendizagem eficiente.

Os Colégios têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à autorrealização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida, como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. A proposta pedagógica preconizada pelo Regimento Interno dos Colégios Militares (RI/CM) prioriza, em seu Capítulo I, Artigo 4º, inciso II, como fundamental.

II - capacitar o aluno à absorção de conteúdos programáticos qualitativos e de pré-requisitos essenciais ao prosseguimento de seus estudos, com base no domínio da leitura, da escrita e das diversas linguagens utilizadas pelo homem, permitindo-lhe analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e cálculos, para resolver situações problemas simples ou complexas, valorizando o seu desenvolvimento pessoal.

Porém, como todo sistema de ensino, o SCMB, nesse trabalho especificamente representado pelo Colégio Militar de

Salvador (CMS), também passa por dificuldades no que tange à aprendizagem efetiva de alguns alunos

Criado pelo Decreto nº 40.843, de 28 de janeiro de 1957, o CMS tem como missão:

ministrar a educação básica de qualidade, nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio (1º ao 3º ano), em consonância com a legislação federal da educação nacional, obedecendo às leis e aos regulamentos em vigor, segundo valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro, visando a assegurar a formação do cidadão e despertando vocações para a carreira militar.¹

Consonante com a atual situação, o presente artigo visa propor estratégias para o ensino dos 6º e 7º anos do Colégio Militar de Salvador, enfatizando a interdisciplinaridade e o letramento como formas de integrar e diminuir as distâncias entre os alunos aprovados em concurso público e os alunos amparados pelo SCMB, de forma a identificar os óbices existentes entre os alunos das séries iniciais do CMS no que tange à capacidade de leitura.

Tal empreendimento está em perfeita interação com a Diretriz do Gen Ex Rui Monarca da Silveira, Chefe do Departamento de Ensino

e Cultura do Exército (DECEX) para a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) no ano de 2011 que, entre outras ações, propõe a redução do fracasso escolar no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). A DEPA, segundo a diretriz em questão, deverá apoiar com recursos humanos e materiais as atividades de apoio pedagógico dos Colégios Militares e do Projeto Letramento, subsidiando os professores no trabalho com a produção escrita e com a leitura em sala de aula e fora dela e apontar metodologias que permitam resgatar alunos com déficits de letramento e, por conseguinte, com dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, faz-se necessária uma revisão do PLAEST² de Língua Portuguesa do CMS de forma a adequá-lo à realidade do público alvo e às novas diretrizes da DEPA, visando a amenizar diferenças no desempenho cognitivo dos alunos.

¹ Institucional do Colégio Militar de Salvador (www.cms.ensino.eb.br)

² Plano da Área de Ensino

O currículo dos 6º e 7º anos deve contemplar o letramento como forma de oferecer aos alunos recém-ingressos no Sistema as habilidades e competências em linguagens que lhes permitam cursar com sucesso o ano pretendido.

A interdisciplinaridade é uma forma eficaz de amenizar dificuldades cognitivas de uma forma conjunta, num empenho de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Para tanto faz-se necessária a sugestão de novas metodologias visando amenizar os óbices existentes entre os alunos atendidos pelo CMS e os alunos selecionados mediante concurso público, uma vez que:

pensar certo coloca ao professor, ou mais amplamente, à escola, o dever de respeitar os saberes com que os educandos chegam a ela, buscando discutir a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p.33).

A partir desses pressupostos será possível analisar o PLAEST dos anos escolares em questão para que se proponham inovações ou simples adequações,

e da escola no seu desenvolvimento.

A terceira seção trata da Interdisciplinaridade e de sua importância na prática pedagógica.

A quarta seção contextualiza os pensamentos de Edgar Morin para a educação e a prática do letramento e da interdisciplinaridade.

A quinta seção traz o pensamento de Phelippe Perrenaud, contextualizado ao pensamento pedagógico do DECEX para o SCMB.

Na sexta seção, analisa-se os PLAEST do 6º e 7º anos do Colégio Militar de Salvador com os referenciais supracitados, propondo-se, na conclusão, novas abordagens para a prática pedagógica.

2 Letramento

Letramento tem sido a palavra de ordem nos meios escolares na atualidade.

O termo se originou de uma versão feita da palavra da língua inglesa “*literacy*”, com a representação etimológica de estado, condição, ou qualidade de ser educado, especialmente, para ler e escrever (SOARES, 2003).

Letramento é o resultado da ação de ensinar a ler e a escrever. Ele é a relação da leitura de códigos com a leitura de mundo do aluno. Essa leitura se dá desde o nascimento da criança, através de estímulos externos, da vivência com pais e familiares, da interpretação do que está ao redor, uma vez que “a leitura do mundo é anterior à leitura da palavra.” (FREIRE, 1988, p.13).

Segundo Kleiman (2005), o letramento incorpora o processo de desenvolvimento e o uso da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo também mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet.

O nível de letramento é determinado pela variedade de gêneros textuais que a criança ou adulto reconhece.

2.1 O Papel do Professor Como Agente de Letramento

A leitura é um processo que envolve paixão e comprometo

e, para que o aluno encontre prazer na leitura, é necessário que ele encontre “um sinal de vida, um apelo, uma ocasião de amar sem a certeza de que se vai amar” (BELLENGER, 1978, apud KLEIMAN, 2002, p.15). Porém, para a grande maioria deles, a leitura é tarefa muito difícil, pois não há sentido para o que se faz. E ficará ainda mais sem sentido se o professor não tornar a atividade comunicativa, salientando as dificuldades do leitor e focalizando o sentido através de comentários e perguntas.

No que diz respeito à leitura, os objetivos do professor de Língua Portuguesa serão mais facilmente alcançados se houver uma força conjunta entre ele e os demais professores das outras áreas, no sentido de que cada um deles aja, também, como agente de letramento, ou seja, atue como um promotor das capacidades e recursos das redes comunicativas de seus alunos, tornando-os capazes de contextualizar e explorar os possíveis sentidos entre sua leitura e a leitura da tradição.

A aprendizagem da leitura e da escrita envolve facetas fônicas, que envolvem o desenvolvimento

da consciência fonológica, imprescindível para que a criança tome consciência da fala como um sistema de sons e compreenda o sistema de escrita como um sistema de representação desses sons, e a aprendizagem das relações fonema-grafema e demais convenções de transferência da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita; da leitura fluente, que exige o reconhecimento holístico de palavras e sentenças; da leitura compreensiva, que supõe ampliação de vocabulário e desenvolvimento de habilidades como interpretação, avaliação, inferências e, por fim, a faceta da identificação e uso adequado das diferentes funções da escrita, dos diferentes portadores de texto, dos diferentes tipos e gêneros de texto.

Buscar a excelência em nossos alunos pressupõe saber que a leitura

trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. (PCN, 1998).

e que o professor, agente do letramento, deve comportar-se

como

um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquieto em face da tarefa que tem – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996, p.52).

O professor, enquanto agente do letramento, deve ter em mente que se faz necessário haver sempre um sentido, um porquê no ensino da leitura e da escrita conectado ao mundo do aluno, para que o ensino tenha sentido, uma vez que as palavras,

separadas das coisas, perdem seu sentido. Por si mesmas elas não se sustentam. Como acontece com a teia de aranha, se suas amarras às coisas sólidas são cortadas, elas se tornam sons vazios: *nonsense...* (ALVES, 2001 apud ANTUNES, 2003, p.43).

Dentro de um universo tão amplo quanto o do SCMB, em especial, do CMS, deve-se ressaltar que o professor há de estar atento ao conhecimento enciclopédico³ de seus alunos, valorizando suas vivências anteriores e estimulando a exteriorização das mesmas.

O professor precisa ter em mente que “toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva” (ALVES, 2004, p.52), com um querer algo novo, mas que de nenhuma forma está desvinculado da bagagem cultural, social e afetiva que é trazida pelo aluno para o interior da sala de aula.

2.2 O Papel da Escola no Processo de Letramento

A escola deve traçar estratégias de ensino de forma a desenvolver nos alunos seus conhecimentos discursivos para que leiam e escrevam conforme sua vontade ou a da sociedade, reconheçam e se expressem em situações orais diferentes das de seu universo, reflitam sobre os fenômenos da variedade linguística sem preconceitos ou estigmatizações.

O papel da escola é trabalhar a competência comunicativa sem desvalorizar a cultura do aluno, aquilo que traz de seu meio social. Mostrar as diferentes formas de falar, respeitando sua origem e sua vivência de mundo. Essa percepção da variação linguística é essencial

para a conscientização do aluno, permitindo que ele construa uma postura não preconceituosa em relação a outros falares distintos dos seus.

São importantes, além da percepção, as razões dos diferentes usos. É necessário transmitir-se ao aluno a noção do valor social que é atribuído a essas variações sem, no entanto, permitir-lhe que desvalorize sua realidade ou a de outrem.

Trabalhar conhecimentos, capacidades e atitudes envolvidas na compreensão dos usos e funções sociais da escrita implica, em primeiro lugar, trazer para a sala de aula e disponibilizar, para observação e manuseio pelos alunos, muitos textos, pertencentes a gêneros diversificados, presentes em diferentes suportes.

Implica também, ao lado disso, orientar a exploração desses materiais, valorizando os conhecimentos prévios do aluno, possibilitando-lhe a ele deduções e descobertas, explicitando informações desconhecidas, pois, segundo Irandé Antunes, “falar ou escrever é ativar sentidos ou

3 Segundo KOCH (2008, p.42) refere-se a conhecimentos gerais sobre o mundo- uma espécie de thesaurus mental bem como a conhecimentos alusivos a vivências pessoais e eventos espaço temporalmente situados.

representações já sedimentados, que sejam relevantes.” (ANTUNES, 2004 apud BAGNO, 2004, p. 130).

3 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade surgiu na Europa em meados de 1960 em movimentos estudantis e de professores universitários que reivindicavam o rompimento de uma “educação por migalhas”.

Esse posicionamento nasceu como oposição a toda organização curricular que evidenciava excessiva especialização e restringia o olhar do aluno a uma limitada direção.

O eco da *interdisciplinaridade* (traduzi-da do francês ou inglês) ou *interdisciplinarietà* (traduzida do espanhol) chega ao Brasil no final da década de 1960, tornando-se a base e o resultado das práticas educacionais entre 1968 e exercendo influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado, como pode se comprovar com a nova Lei nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A interdisciplinaridade de

princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si exaustiva.

Para se entender a interdisciplinaridade é preciso ter em mente que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções historicamente constituídos, e deixar claro que a prática docente, ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo escolar, não abandona as disciplinas nem pressupõe um professor com múltiplas especializações.

Segundo Fazenda (2002, p.77),

o professor interdisciplinar visita situações novas e revisita velhas, transita entre os fragmentos da história e a memória educacional, faz elos, tece sua prática a cada dia. Ele se faz *ponte*, oferece ao educando acesso ao conhecer, permite que ele passe para um estado mais elevado de ser; para além do que é, superando-se. Propicia o encontro do outro, não só com o conhecimento, mas consigo mesmo, o encontrar-se. Precisamos do outro para sabermos de nós mesmos.

constitui exigência primordial da proposta atual de conhecimento e

educação, como caminho para uma nova forma de pensar as práticas pedagógicas, partindo do A contextualização, outro princípio pedagógico que rege a articulação das disciplinas escolares, não deve ser entendida como uma proposta de esvaziamento, como uma proposta redutora do processo ensino aprendizagem, limitando-se ao que está no redor imediato do aluno, suas experiências e vivências. Um trabalho contextualizado parte do saber dos alunos para desenvolver competências que venham a ampliar este saber inicial. Um saber que situe os alunos num campo mais amplo de conhecimentos, de modo que possam efetivamente se integrar na sociedade, atuando, interagindo e interferindo sobre ela, uma vez que

uma das tarefas mais importantes da prática educativa é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser histórico e social, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

(FREIRE, 1996, p.41).

Faz-se necessário, portanto, o comprometimento de cada docente, pois “a parceria que se estabelece com os sujeitos entre si e com o conhecimento histórico é fundamental na prática interdisciplinar.” (FAZENDA, 1996 apud FAZENDA, 2002, p.161).

3.1 Importância da Interdisciplinaridade na Prática Escolar

A riqueza da interdisciplinaridade vai muito além do plano epistemológico, teórico, metodológico e didático. Sua prática na escola cria, acima de tudo, a possibilidade do “encontro”, da “partilha”, da cooperação e do diálogo enquanto ação conjunta dos professores.

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados; atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo; atitude de humildade diante da limitação do próprio saber; atitude

de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida. (FAZENDA, 1994, p.82)

Ivani Fazenda ressalta, ainda, que

numa sala de aula interdisciplinar, a autoridade é conquistada, enquanto na outra é simplesmente outorgada. Numa sala de aula interdisciplinar a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância, pela humildade; a solidão, pela cooperação; a especialização, pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento. (FAZENDA, 1994, p.86)

Numa sala de aula interdisciplinar, todos se tornam parceiros e vivenciam a troca de conhecimentos de forma suave e construtiva.

O corpo docente deve ter em mente que

sentir e viver a afetividade na educação pela teoria da interdisciplinaridade suscita que nosso eu adentre a sala de aula por inteiro, para desvelar, des-cobrir e sentir as manifestações presentes nas interações, relações e reações que os sujeitos estabelecem/manifestam na ação de educar. (RANGHETTI, 1999 in FAZENDA, 2002, p.87)

A prática da interdisciplinaridade na escola deve ser entendida como forma de solucionar óbices e alcançar as metas educacionais, num caminhar constante e conjunto, tornando o ensino algo que realmente tenha sentido para o aluno, tendo como objetivo principal a prática de metodologias facilitadoras do processo ensino-aprendizagem.

4 Letramento, Interdisciplinaridade e o Pensamento de Edgar Morin

No livro “Os Sete Saberes Necessários à Educação no Futuro” (1999), Edgar Morin aponta que uma das principais questões a serem enfrentadas é a fragmentação da educação formal.

Morin (1999) propõe um ensino integrador onde as disciplinas consigam integrar-se e

passem a fazer sentido para o aluno.

A escola deve ter em mente que novas práticas devem ser buscadas uma vez que

o conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. (MORIN, 1999, p.20)

A prática pedagógica deve ter vistas a um conhecimento bem mais amplo que os das disciplinas. Deve-se ter como meta uma educação voltada para um ensino pertinente, contextualizado, que responda aos principais questionamentos do homem moderno, ou seja,

como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? (MORIN, 1999, p. 35)

A escola também deve se preocupar em estabelecer com o aluno um diálogo de forma a valorizar sua cultura e sua humanidade, situando-o no

universo. O aluno deve entender-se como parte desse planeta, uma vez que educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro.

Vive-se, porém, num mundo de incertezas. Nada é para sempre. Não se sabe o que nos espera. Educar para o futuro é ensinar os alunos a fazerem escolhas refletidas, a apostarem conscientemente, a modificarem suas ações frente aos imprevistos da vida.

Outro importante ponto a salientar é o da compreensão, meio e fim da comunicação, pois

dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades. (MORIN, 1999, p.104)

A escola deve procurar formar alunos que tenham base para compreender o mundo que os cerca e, nesse sentido, o Letramento é preceito fundamental, uma vez que, quanto mais o aluno tem contato com os diversos gêneros e portadores textuais, mais aberto ao diálogo e ao entendimento ele se torna.

Pensando numa formação

integral dos alunos, deve-se educá-los eticamente, para que compreendam que

indivíduo/sociedade/espécie são não apenas inseparáveis, mas co-produtores um do outro. Cada um destes termos é, ao mesmo tempo, meio e fim dos outros. Não se pode absolutizar nenhum deles e fazer de um só o fim supremo da tríade; esta é, em si própria, rotativamente, seu próprio fim. (MORIN, 1999, p.105).

Dessa forma, preparar-se-á o aluno para enfrentar todos os desafios da sociedade moderna, levando-o a compreender sua verdadeira missão nesse mundo imprevisível e em constante mudança.

5 Perrenaud e a Nova Sistemática do Ensino no SCMB

Dentro da nova perspectiva do Exército Brasileiro, há a necessidade de

um incremento na eficiência nos estabelecimentos de ensino militares, com vistas à maior eficácia das diretrizes de ensino emanadas dos órgãos gestores, mediante a implantação de um modelo adequado de gestão escolar (FREIRE, 2008 apud

GOMES, SCHAFFEL, 2010)⁴.

A noção de currículo por competências exige o domínio de um conjunto de saberes como o saber-conhecer, saber-fazer, saber-ser e saber-conviver e seu processo de aquisição é semelhante aos mecanismos de desenvolvimento da inteligência conceituado por Piaget.

São muitos os significados da noção de competência, dos quais ele prefere definir como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENAUD, 1999, p.9)

Além do mais, o ensino por competências implica o conhecimento de que

uma competência com uma certa complexidade envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação, que suportam inferências, antecipações, transposições analógicas, generalizações, apreciação de probabilidades, estabelecimento de um diagnóstico a partir de um conjunto de índices, busca da informações pertinentes, formação de uma decisão, etc. (PERRENAUD, 1999, p.29).

Para se adotar a pedagogia de competências, conforme preconiza o plano de modernização do ensino militar, “é preciso estabelecer os seguintes eixos norteadores da organização curricular: interdisciplinaridade, contextualização e diversidade abordados a partir das estratégias de ensino mais adequadas à pedagogia das competências”⁵. Segundo Sarita Schaffel⁶, “o processo educativo tem por obrigação proporcionar modificações, e estas, sendo explícitas e previamente formuladas, constituirão os objetivos. O currículo, nessa ótica, é uma série estruturada dos resultados da aprendizagem pretendidos”.

No ensino por competências, o conhecimento é construído por etapas, levando-se em conta os resultados apresentados, pois:

não se pode ensinar por competências conhecendo-se, na volta às aulas, o que será tratado no mês de dezembro, pois tudo dependerá do nível e da implicação dos alunos, dos projetos implementados, da dinâmica do grupo-aula.

4 Ten Cel Fábio Fachinetti Freire (Uma concepção Pedagógica de ensino Militar: reflexões para a elaboração de um plano de desenvolvimento do ensino militar).

5 Idem

6 O currículo no ensino do Exército: um tema para estudo.

Dependerá, sobretudo, dos eventos anteriores, pois cada problema resolvido pode gerar outros. Ocasionalmente, é salutar interromper certas seqüências e partir para um novo projeto. Pode-se também considerar a construção passo a passo do ano escolar, em que uma questão traz outra; ao ser concluído, um projeto sugere outra aventura (PERRENAUD, 1999, p.73).

Outro aspecto a se destacar dentro do contexto do CMS, é que essa postura exige maior coerência na continuidade pedagógica, uma vez que necessita de esforço e ajuste nas aulas. Essa prática também favorece a ruptura com a competição e individualismo nos corredores escolares, pois

remete à improvável cooperação entre adultos e ao possível contraste entre a cultura profissional individualista dos professores e o convite feito aos alunos para trabalharem juntos. (PERRENAUD, 1999, p. 75).

Outro ponto a salientar dentro do contexto CMS é o referente aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Eles devem ser o foco principal do ensino, pois, cabe à escola e aos professores dar condições que possibilitem a esse aluno a

obtenção de resultados satisfatórios. Tal premissa é amparada pelo pensamento de Perrenaud e pela própria diretriz do DECEX para a DEPA citada anteriormente, pois

os alunos melhor dotados em capital cultural e melhor acompanhados por suas famílias seguirão, de qualquer maneira, seu caminho, seja qual for o sistema educacional. Os alunos “médios” acabarão encontrando uma saída, ao preço de eventuais repetências ou mudanças de orientação. A sorte dos alunos em reais dificuldades é que se pode medir a eficácia das reformas. Os conhecimentos serão mobilizados em situações nas quais sua pertinência é evidente, tornando-se verdadeiras ferramentas, e não somente matérias de exames, e tendo um sentido. (PERRENAUD, 1999, p.82)

Desta forma, resta a nós, educadores, apenas agir. Toda prática educacional parte da incerteza, nada é pronto, acabado. Nossas apostas são meramente teóricas. Nossa única certeza provém da ciência de que a escola não parte do zero, nem o aluno pode ser visto como uma folha em branco, uma mente vazia. Ele traz consigo toda uma bagagem de vida

que deve ser incentivada, verbalizada. E, nesse caso, a competência do professor deve ser essencialmente didática.

O Colégio Militar de Salvador tem um longo caminho a trilhar na busca da excelência do ensino e da aprendizagem para os seus alunos, sejam eles amparados ou concursados.

6 Considerações a respeito dos PLAEST do 6º E 7º Anos e da Conduta Docente no CMS

Ciências, seja qual for a disciplina, todas usam a Língua Portuguesa como instrumento. Por que não tornar essa prática uma rotina?

A “escravidão” ensinada pelo professor de História pode ficar muito mais atraente se, com a ajuda do professor de Português, houver uma contextualização através de Castro Alves, ambos interagindo dentro de suas áreas de conhecimento.

O professor de Matemática pode, com a ajuda do professor de Português, abordar a etimologia das palavras ligadas ao campo geométrico. E, por que não trabalhar o uso do dicionário junto ao professor de Ciências?

Traduzir em obra de arte, nas aulas de Educação Artística, os sentimentos provocados pela leitura de um poema ou transformar em texto a beleza de um quadro?

Tudo depende apenas da firme vontade de transformar a sala de aula em um ambiente de efetiva aprendizagem. No caso particular da Língua Portuguesa, é necessário que se busque efetivamente colocar em prática os referenciais teóricos aqui apresentados, para que se alcancem os objetivos elencados pelas diretrizes do DECEX e da DEPA.

É preciso que se ensine o português e se compreenda que isso implica

não tratar os alunos como se devessem ter aprendido a língua escrita antes de chegar na escola, pois eles só vão aprender português, uma língua que não falam, na escola, lendo uma grande quantidade de textos, expondo-se à língua escrita assim como aprenderam a língua que falam ouvindo-a o dia inteiro por toda a parte e tentando falar como falavam as pessoas ao seu redor. (GUEDES, SOUZA, 2006, p.143)

É fundamental que o aluno se sinta amparado, querido, inserido

no grupo do qual faz parte, estimulado a aprender e a falar sobre suas dificuldades sem ter medo de ser criticado, pois

a integração da pessoa em seu grupo social passa pelo exercício da “voz”, que não deve ser calada, nem reprimida, mas sim, promovida, estimulada, encorajada. (ANTUNES, 2003 p.119).

É patente a importância do professor como mediador no processo ensino-aprendizagem, interagindo a partir dos conhecimentos que o aluno já domina, propondo novos desafios e assessorando-o nas dificuldades até que o aluno conquiste sua autonomia.

Formar alunos autônomos é tarefa de cada um dos professores.

Um trabalho interdisciplinar exige muito mais que o conhecimento da teoria. Ele envolve atitude e posicionamento diante do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a colocar em prática a garantia de oportunidade de letramento em todas as disciplinas e em todos os momentos da vivência escolar.

7 Conclusão

Com base na análise do PLAEST e na observação de aulas no CMS, é possível dizer que o colégio necessita colocar em prática as teorias que já fazem parte de seu plano de ensino e proporcionar ao aluno com dificuldades, sejam elas decorrentes de qualquer motivo, as ferramentas necessárias ao seu crescimento.

Não há como ignorar o Letramento. Ele deve percorrer todas as disciplinas uma vez que “a cultura letrada é, como têm procurado demonstrar os estudos sobre letramento, maior do que apenas ler e escrever”. (FARACO, 2004 apud BAGNO, 2004, p.41)

Oferecer aos alunos toda uma gama de gêneros textuais e estimulá-los a buscar o conhecimento de forma construtiva e pertinente, de maneira suave e rotineira, pois

aprende-se a escrever, escrevendo, escrevendo textos que façam sentido, textos de múltiplos sentidos. Aprende-se a ler, lendo; lendo textos que também façam sentidos, que provoquem sentidos. (SCHIERRE, 2004 in BAGNO, 2004, p. 245)

O objetivo geral da Língua Portuguesa deve ser o de “proporcionar ao educando situações que lhe permitam ser um ouvinte, leitor, falante e produtor de textos eficaz”, de forma que ele encontre nas aulas um forte elo com a realidade, pois só assim será possível

tornar o aluno gradativamente, usuário competente das múltiplas variedades da língua portuguesa, conforme as suas tendências ou necessidades. (SILVA, 2004 in BAGNO, 2004, p.263)

Eliminar as barreiras entre as disciplinas é um gesto de ousadia, uma tentativa de romper com um ensino transmissivo e morto, distante dos olhos das crianças.

É preciso que se construam competências para que os alunos sejam capazes de enfrentar as dificuldades de um mundo em constante transformação.

Cabe ao professor ter em mente as disparidades nos diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos e trabalhá-las com grupos heterogêneos, procurando aplicar metodologias que lhe auxiliem nessa tarefa de integração, como por exemplo, o

uso de recursos midiáticos, de planos semanais, de oficinas para que os alunos interajam numa cooperação de saberes.

É importante que, num esforço interdisciplinar, professores juntem suas forças, encontrando pontos de referência para suas decisões e estratégias de ensino-aprendizagem.

Aprender exige tempo, esforços, emoções, angústia, medo do julgamento alheio. O ato de ensinar deve proporcionar um local seguro, onde, segundo Edgar Morin, as diferenças não sejam destruídas, mas sim integradas.

Cabe aos professores a convicção de que a mudança é possível. As dificuldades apresentadas pelos alunos amparados não podem e não devem colocá-los à parte do processo. Ensinar é criar condições para a produção e construção do conhecimento.

As condições são oferecidas pelo Colégio Militar de Salvador, principalmente pela implementação das salas temáticas e do período integral. O que falta é a interação entre as disciplinas e a consciência de que

nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente do saber ensinado, em que o objeto ensinado é aprendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (FREIRE, 1996, p.29)

Dessa forma, juntos, Colégio Militar de Salvador, docentes e discentes poderão buscar a verdadeira excelência. A excelência que vem de todos e para todos. A excelência que prioriza a aprendizagem dos alunos de uma forma integral e inclusiva. Uma docência plena de suas responsabilidades e de seus limites, que caminha em parceria através da interdisciplinaridade, oferecendo aos alunos muito mais que o Letramento em si, oferecendo aos seus discentes a verdadeira leitura de mundo.

Referências

ALVES, Rubem. **Ao professor com o meu carinho**. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos (org). **Linguística da Norma**. 2ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua Portuguesa**. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Colégio Militar de Salvador (CMS) Disponível em <http://www.esfcex.ensino.eb.br/esfcexcms/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=113>

Acesso em 12 jul 2011.

_____. Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX). Diretrizes. Disponível: <http://www.decex.ensino.eb.br/pdfs_/diretrizes/diretriz_do_chefe_decex.pdf> Acesso em 12 jul 2011.

_____. Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA). Sistema Colégio Militar do Brasil. Cortez, 1988. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 4).

Disponível em: <http://www.depa.ensino.eb.br/pag_sistemaCM.htm>

Acesso em 12 jul 2011.

_____. Exército Brasileiro. Comando do Exército. Portaria nº 42, de 06 de fevereiro de 2008. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências. **Boletim do Exército nº06/2008**, Brasília, 2006

_____. **Regimento Interno dos Colégios Militares**. Disponível em:

<http://www.depa.ensino.eb.br/pag_legislacao.htm>

Acesso em 12 jul 2011

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4ed. Campinas: Papirus, 1994.

_____. (Org.) **Interdisciplinaridade: dicionário em construção**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 23ed. São Paulo: Autores Associados.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 19ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, J.C. SCHAFFEL, S.L. **Currículo: limites e possibilidades.** Rio de Janeiro: CEP, 2010.

GUEDES, Paulo Coimbra, SOUZA, Jane Mari de. Não apenas o texto, mas o diálogo em língua escrita é o conteúdo da aula de português. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt et ali (orgs.). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas.** Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 137-156.

KLEIMAN, A.B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** SP: Mercado das Letras, 2005.

_____. **Oficina de Leitura : Teoria e Prática.** Campinas, SP: Pontes. 2002

KOCH, Ingedore V.: ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto.** 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação no Futuro.** 2ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1999. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya.

NUNES, Éldman de Oliveira. **Orientações para elaboração e avaliação de artigos.** Salvador: EsAEx, 2003. Mimeografado.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento.** SP: Contexto, 2003.

TARDELLI, Marlete C. **O Ensino da Língua Materna: interações em sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2002.